ISSN 2237-258X

INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ALTERNATIVA A UNIVERSIDADE DE PESQUISA

Federal institutes: an alternative to university research

Institutos federales: una alternativa a la investigación universitaria

Alexandre R. O. Nascimento[*]

Tereza Christina M. A. Veloso[**]

Resumo

O objeto deste trabalho é a análise da participação dos Institutos Federais na expansão de vagas na educação superior pública federal no Brasil no período de 2008 a 2014. A metodologia da pesquisa consistiu em análise de dados da Sinopse da Educação Superior do INEP, do período de 2006 a 2014. O resultado da pesquisa indica crescimento das vagas de graduação nos Institutos Federais, aumento no número de cursos e crescimento para o interior. Comparados às universidades os resultados dos institutos, proporcionalmente maiores, indicam provável opção do Estado por um modelo alternativo de educação superior que deveria a princípio atender ao mercado, segundo as demandas do capital (Mészáros, Harvey), as reformas do estado e da educação superior (Saviani, Sguissardi, Peroni, Otranto). No entanto, a diminuição do número de estudantes matriculados nos cursos superiores de tecnologia configura aparente mudança de direção, o que merece ser estudado considerando a contribuição dos Institutos para a expansão do ingresso no Ensino Superior.

PALAVRAS-CHAVE: Expansão. Ensino Superior. Institutos Federais.

Abstract

The object of this work is the analysis of the participation of the Federal Institutes in expanding vacancy in the federal public higher education in Brazil from 2008 to 2014. The research methodology consisted of data analysis Synopsis of Higher Education INEP, the period 2006 to 2014. The result of the survey indicates growth of graduate vacancies in the Federal Institutes, increasing the number of courses and growth for the up-country. Compared to universities the results of the institutes, proportionally higher, indicating probable State option for an alternative model of higher education that should in principle meet the market, according to the demands of capital (Mészáros, Harvey), state reforms and higher education (Saviani, Sguissardi, Peroni, Otranto). However, the decrease in the number of students enrolled in higher education courses in technology configures apparent change of direction, which deserves to be studied considering the contribution of the Institutes for the expansion of entry into higher education.

KEYWORDS: Expansion. Higher Education. Federal Institutes.

Resumen

El objeto de este trabajo es el análisis de la participación de los Institutos Federales en la ampliación de vacantes en la educación superior pública federal en Brasil entre 2008 y 2014. La metodología de la investigación consistió en el análisis de datos Sinopsis de Educación Superior del INEP, el período

[*] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal do Mato Grosso. E-mail: alexandre.rauh@gmail.com.

[**] Doutora em Educação. Professora Associada da Faculdade de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: tecmav@terra.com.br.

2006 y 2014. El resultado de la encuesta indica que el crecimiento de las vacantes de graduación en los Institutos federales, aumentando el número de cursos y el crecimiento para el interior. En comparación con las universidades los resultados de los institutos, proporcionalmente mayor, lo que indica la opción Estado probable para un modelo alternativo de educación superior que en principio deberían satisfacer el mercado, de acuerdo con las exigencias del capital (Mészáros, Harvey), la reforma del Estado y la educación superior (Saviani, Sguissardi, Peroni, Otranto). Sin embargo, la disminución en el número de alumnos matriculados en cursos de educación superior en la tecnología configura aparente cambio de dirección, lo que merece ser estudiado teniendo en cuenta la contribución de los Institutos para la expansión de ingreso a la educación superior.

PALABRAS CLAVE: Expansión. Enseñanza Superior. Institutos Federales.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho[1] tem como objeto a expansão da educação superior com a participação dos Institutos Federais no Brasil, tomando como partida a compreensão de que tais instituições estão inseridas num processo global de reforma da educação superior e constitui um modelo de ensino superior alternativo a universidade de pesquisa. Para verificar essa proposição analisamos o desenvolvimento dos Institutos Federais, a partir de sua criação em 2008, comparado às Universidades Federais.

A iniciativa da pesquisa parte da observação do crescimento dos Institutos Federais - IFs e a presença que alcançaram na oferta de vagas públicas no país. A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, aqui referenciada como rede, é composta até o ano de 2008, pelas escolas agrotécnicas, escolas técnicas, centros federais de educação tecnológica, universidades tecnológicas e centros vinculados a universidades. A partir de 2008 é promulgada a Lei 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica – IFs.

Como problema da pesquisa consideramos qual a contribuição dos IFs na expansão da educação superior, que define o objetivo do trabalho: analisar a contribuição dos IFs na expansão de vagas da educação superior no Brasil no período de 2008 a 2014.

A metodologia da pesquisa consistiu-se em um estudo descritivo com análise de dados presentes na Sinopse da Educação Superior publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, do período de 2006, dois anos antes da criação dos IFs, até 2014, último ano disponível da sinopse.

A fim de compreendermos o contexto do processo em que ocorre tal expansão Mészáros (2002), tratando do capital e sua incontrolabilidade, e Harvey (1993), que situa a atual fase do capitalismo, o neoliberalismo e suas reformas no estado, constituem nosso referencial teórico. Assim como recorremos a teoria do campo de Bourdieu (1989) para compreender a entrada dos IFs no campo da educação superior, o que exerce influencia sobre sua atuação assim como as determinações do capital, presente no trabalho de

[1] Este estudo faz parte de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas de Educação Superior (GEPDES/UFMT), do qual participa as autoras, e integram as pesquisas intituladas: "Acesso e permanência no processo de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB", financiada pelo CNPq; "Políticas da Expansão da Educação Superior no Brasil", financiada pelo OBEDUC; "Políticas de expansão da educação superior no Brasil pós-LDB", que envolve pesquisadores de quatro regiões do país, vinculados à Rede Universitas BR; e "Políticas de Educação Superior no Brasil pós–LDB/1996: impactos na Região Centro-Oeste com enfoque no ingresso e permanência", financiada pela FAPEMAT.

Oliveira e Catani (2011). Também para compreensão da situação dos Institutos, Sguissardi (2003) contribui com seu trabalho sobre a universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva.

Na primeira parte do trabalho abordamos tais referenciais e sua contribuição para compreensão do tema, na segunda parte apresentamos os dados encontrados na Sinopse da Educação Superior do INEP e uma breve análise juntamente aos questionamentos por ela levantados e, por fim, as considerações finais.

A entrada dos IFs no campo acadêmico e sua reconfiguração

Desde a década de 1990 a educação superior vem sofrendo reformas que tem alterado as leis que regem o campo acadêmico no Brasil, alterando o que se havia estabelecido como modelo de universidade e aumentando o poder das instituições privadas e seu modelo sobre o Estado, com profundas consequências para a universidade pública que vê seu capital cultural diminuído em detrimento de novas concepções no ensino superior.

Conforme Bourdieu (1989), formulador da teoria dos campos, o campo econômico atua e exerce poder sobre os demais. Razão pela qual a subordinação do campo acadêmico ao econômico compromete-o com o mercado, reproduzindo o espaço social e deixando à margem a transformação social (OLIVEIRA; CATANI, 2011). Dessa forma é necessário ter uma compreensão do funcionamento do capital.

Para Mészáros (2002) o Estado moderno é formado de maneira a assegurar a produtividade do sistema, com mecanismos jurídico-legais para protegê-lo. Isso determina a atuação do Estado para manter essa estrutura, desde a criação de leis até a iniciativa de políticas públicas.

Sob o fordismo o capitalismo alcançou enorme expansão, pois para além da criação das linhas de montagem revolucionando a produção, mudou-se o modo como o proletário era visto, tornando-o também integrante da roda do capital. Para isso, foi diminuída a jornada de trabalho a fim de que um tempo livre para o consumo fosse destinado ao operário, que passa assim a ser também consumidor daquilo que produzia, abrindo caminho para expansão e acumulação do capitalista (HARVEY, 1993). Assim como foi separada a dimensão elaboração da execução, restando ao trabalhador apenas a última, retirando a dimensão intelectual do trabalho operário (ANTUNES, 1999).

A "concepção produtivista de educação" ganha força a partir da década de 50 com a planificação da economia e exigência de planificação dos sistemas de ensino e processos pedagógicos. Nesse sentido, os gastos com educação são vistos como bem de produção material (capital) e não como bem de consumo (SAVIANI, 2005). O modelo de escola produtivista, no período de 1950 a 1970 no Brasil, implantou a pedagogia tecnicista, que tenta reproduzir na escola a objetivação do trabalho presente nas fábricas.

Na transição para a fase de acumulação flexível o trabalhador passa a realizar múltiplas tarefas sem demarcação e longo treinamento no trabalho, pagamento pessoal e baseado em bonificações, numa organização mais horizontal do trabalho com ênfase na corresponsabilidade, há grande segurança para trabalhadores centrais e nenhuma segurança e condições ruins para os temporários (HARVEY, 1993). A ideologia correspondente a esse período é o neoliberalismo que assume, dentre outros, o significado de políticas

públicas adotadas nos países sob orientação do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (MORAES, 2001). Exemplo dessas orientações é o documento do Banco Mundial "La ensenãnza superior: las lecciones derivadas de la experiência" que estabelece aos países em desenvolvimento diretrizes para reforma do ensino superior.

No final dos anos 80 tem início as reformas educativas sob o neoliberalismo:

> Sob inspiração do toyotismo, busca-se flexibilizar e diversificar a organização das escolas e o trabalho pedagógico, assim como as formas de investimento. Neste ultimo caso, o papel do Estado torna-se secundário e apela-se para a benemerência e o voluntariado. Em ambos os períodos, prevalece a busca pela produtividade guiada pelo princípio da racionalidade, que se traduz no empenho em se atingir o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio. Para esse fim, o Estado, agindo em consonância com os interesses dominantes, transfere responsabilidades, sobretudo no que se refere ao financiamento dos serviços educativos, mas concentra em suas mãos as formas de avaliação institucional (SAVIANI, 2005, p. 23).

Peroni (2003) destaca algumas das reformas educacionais que aconteceram na década de 90: foram dados incentivos fiscais para a iniciativa privada, um montante de recursos que deixou de ser investido na educação, bem como em outras políticas sociais; o estado passou a ser provedor e não mais produtor de serviços sociais; a influência de organismos internacionais na definição da política educacional como a exigência de repasse de responsabilidades para iniciativa privada; transferência para organizações sociais o controle e gestão de políticas sociais, como o Sistema S; qualidade passou a ser sinônimo de produtividade; exigência de maior eficiência e eficácia por meio de autonomia da escola; descentralização de responsabilidades e terceirização de serviços.

Para compreensão do funcionamento do campo universitário no Brasil, Oliveira e Catani (2011) abordam sua constituição histórica e a luta e processos de distinção e subordinação presentes na reconfiguração do campo a partir da década de 1990, quando foram sendo implantadas e concebidas políticas de educação superior que alteraram a caracterização das instituições de ensino superior e do campo acadêmico.

O campo acadêmico no Brasil é caracterizado pelo conjunto das instituições que formulam, regulam e executam as politicas de educação superior, desde os órgãos internos do Ministério da Educação ligados à educação superior, instituições de pesquisa, instituições de educação superior públicas e privadas até as associações e entidades de classe, considerando que o Estado tem condições de impor nomes nas instituições burocráticas que referendem suas diretrizes.

Embora tenha suas leis próprias, sua autonomia de funcionamento, o campo acadêmico é parte integrante de outros campos mais amplos e determinantes como o econômico, político e cultural, razão pela qual as reformas neoliberais da década de 1990, fruto do período de acumulação flexível do capitalismo tiveram tanta preponderância. Ainda assim, constitui-se como um universo autônomo com sua luta permanente por dominação, monopólio da competência e autoridade científica, caracterizando o estado permanente de disputa (OLIVEIRA; CATANI, 2011).

Essa disputa é caracterizada pela busca de lucro material e/ou simbólico, levando ao processo de acumulação de capital científico que, por sua vez, confere a seus detentores o reconhecimento e imposição do valor de seus produtos, e a autoridade para desacreditar os produtos dos concorrentes. Por esse motivo o estado das relações de força entre os

agentes em luta define a estrutura do campo (BOURDIEU, apud, OLIVEIRA; CATANI, 2011).

Com essa dimensão da luta compreendemos a disputa entre as universidades públicas e as instituições particulares de educação superior dentro do campo, que é a luta por acumulação de capital e autoridade científicos, que lhes dará condições de certificar a qualidade de seus cursos e seus programas. A entrada dos Institutos Federais nesse campo ocorre sem o capital científico, sem autoridade e sem a certificação de seus produtos, por isso a disputa deve ocorrer desde sua constituição até sua colocação numa posição hierárquica creditadora dentro do campo.

Soma-se a essa disputa fatores externos, uma vez que o campo acadêmico está subordinado ao poder econômico em razão da posição que ocupa no interior do campo de poder, por esse motivo o interesse dos compradores de mão-de-obra procuram reduzir sua autonomia e ampliar sua dependência econômica (BORDIEU, *apud*, OLIVEIRA; CATANI, 2011). No contexto do neoliberalismo:

> o campo da educação superior é uma parte significativa do sistema de ensino que sofre intensamente o processo de subordinação ao sistema econômico e aos interesses políticos expressos por meio de programas, projetos e ações governamentais, uma vez que a educação superior cumpre, sobretudo, dois papéis importantes no processo de acumulação flexível (HARVEY, 1994): desenvolver competências e preparar trabalhadores para o mercado do trabalho e gerar conhecimentos novos e inovações para o processo de competição das empresas, dos países e regiões econômicas (OLIVEIRA; CATANI, 2011, p. 17).

Para manterem suas conquistas e o funcionamento dos campos dominantes e dominados tendem cada vez mais a submeter-se a lógica do capital chamada de economia do conhecimento, que determina a tais instituições a mesma lógica do mercado com padrões de eficiência, qualidade e gestão baseados em métricas gerenciais e financiamento mercadológico em que as instituições devem submeter seus produtos aos interesses do consumidor. Não apenas isso, o Estado e a sociedade de mercado exigem da universidade na modernidade maior adaptação a seus interesses e integração ao processo produtivo, que assume, entre outras, as características da diversificação[2] e flexibilização[3].

Sob essa compreensão localizamos o processo pelo qual as instituições federais de educação profissional foram reorganizadas, reconfiguradas em institutos federais de educação, ciência e tecnologia – IFs. Essas instituições sofreram um processo de

[2] A diversificação no ensino superior consiste na ampliação de vagas, mas não na universidade de pesquisa, ampliando em instituições que ofertam somente o ensino ou em cursos tecnológicos, formas alternativas de ensino superior, conforme Otranto: "No Brasil, a abertura de cursos de tecnologia pavimentou o caminho da transformação das instituições de ensino técnico e médio em instituições de educação superior, possibilitando a diversificação da educação superior, principalmente a pública federal. As instituições federais de educação superior, agora, não são, exclusivamente, as universidades de pesquisa, mas contam com outros modelos que oferecem, prioritariamente, a formação profissional, através de cursos tecnológicos" (Otranto, 2010, p.103).

[3] A flexibilização corresponde na reforma da educação superior à adequação curricular a novas concepções e demandas de maneira a tornar os cursos mais conectados com a atualidade. Tem-se assim um processo de adequação curricular, que sob a tutela de reformas neoliberais conduz a uma formação que atende a interesses do mercado.

sucateamento e impossibilitados de expandirem, por força da lei 9.649/1998[4], viram na proposta de criação dos IFs uma oportunidade que não conheceram em 100 anos de história. Assim, as 140 unidades constituídas no período de 1909 a 2002 chegaram a 562 em 2014, com um salto de 401%.

Dados que são questionados nos estudos de Otranto (2010), que indica que as instituições que se transformaram em institutos eram: 36 Escolas Agrotécnicas Federais, 8 Escolas Vinculadas às Universidades Federais, 1 Escola Técnica Federal e 31 Centros Federais de Educação Tecnológica, somando 75 das 102 que poderiam aderir à proposta.

Otranto (2010, 2012, 2013) e Brandão (2010) questionam qual o projeto dessas instituições que, equiparadas às universidades, devem ofertar nível médio e ensino fundamental na educação de jovens e adultos, cursos técnicos, ensino superior, além da pesquisa, extensão e pós-graduação, com o mesmo quadro de docentes para todos os níveis, impelidos a uma carga horária de até 22 horas/aula, e um quadro técnico administrativo que, embora tenha se expandido, não chegou ao que fora proposto para a expansão.

A entrada dos IFs no campo acadêmico, no qual não acumulavam o *habitus,*[5] coloca-os numa posição hierárquica inferior, exercendo influencia sobre suas escolhas e sua batalha por poder dentro do campo, o que pode ser compreendido em parte com a análise dos dados da Sinopse da Educação Superior.

A expansão dos Institutos Federais frente ao modelo de universidade no Brasil

A expansão dos Institutos Federais começa com a fase pré-expansão, que se inicia com a autorização para criação de novas unidades em 2006 e tem seguimento com a promulgação da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Por outro lado, no período de 2007 a 2010, com a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Restruturação das Universidades Federais – REUNI, as universidades federais tiveram a expansão de suas vagas e recebimento de investimentos do Governo Federal. Esse programa é influenciado pelo Processo de Bolonha, reforma do ensino superior europeu com a finalidade de atratividade comercial marcado pela competitividade econômica e relação com a comunidade (NOGUEIRA, 2012).

Os modelos de universidade no Brasil não se constituíram isoladamente, mas sim sobrepostos, embora haja o discurso de que o modelo humboldtiano preconizado na Constituição de 88 que determina a obrigatoriedade do ensino, pesquisa e extensão, seria um impeditivo do crescimento do ensino superior. Com as sucessivas reformas, por meio

[4] A lei referida estabelece no seu art. 47 "A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos estabelecimentos de ensino". Dessa forma, caracteriza-se de maneira explicita que o governo federal adota a transferência de responsabilidades na oferta de educação profissional, o que aconteceu também em outros programas da política educacional, conforme vimos em Harvey (1993) e Peroni (2003). As escolas técnicas, sem recursos de manutenção e gestão advindos do governo federal não puderam expandir.

[5] Segundo Bourdieu (2003, p. 64) *habitus* é o produto do trabalho social de nominação pelo qual se institui uma lei social incorporado pelos agentes dentro de um campo, é conhecimento do funcionamento do campo.

de decretos e a própria LDB, a liberação dessa obrigatoriedade possibilitou o crescimento de instituições de modelo neo-napoleônico. Assim, as IES neo-napoleônicas seriam marcadas pelas características de ausência de pesquisa e pós-graduação consolidadas; predominância de docentes em tempo parcial e horistas sem a qualificação para a pesquisa; unidades isoladas; atividades de ensino predominantemente; estrutura acadêmica e administrativa direcionada para a formação de profissionais. Ao passo que as de modelo neo-humboldtiano teriam: pesquisa e pós-graduação consolidadas; majoritariamente docentes em tempo integral e qualificados para pesquisa; unidades integradas em torno de um projeto de ensino, pesquisa e extensão; estrutura voltada para formação de profissionais e formação de pesquisadores em diversas áreas de conhecimento. "Do ponto de vista quantitativo, sobram dados indicadores de que predominaria, e continua se ampliando, o modelo neo-napoleônico que remonta às escolas profissionais" (SGUISSARDI, 2003, p. 9).

A partir dessa classificação, podemos supor que os Institutos Federais também caminham nessa dualidade, mas predominando o modelo neo-napoleônico, pois teria somente o quadro de docentes qualificado e majoritariamente de tempo integral como característica neo-humboldtiana, as demais napoleônicas: unidades isoladas; atividades de ensino predominantemente; estrutura acadêmica e administrativa direcionada para a formação de profissionais. Considerando que os processos de restruturação e expansão pelas universidades e pelos institutos são expressão do que aconteceu no ensino superior público federal no país, partimos desse ponto para expor os dados da Sinopse da Educação Superior que comparados em nosso estudo indicam tendências e possíveis rumos da política de educação superior em curso no país, com ênfase para análise da Rede.

Na tabela 1, apresentamos a quantidade de vagas ofertadas em graduação pelas instituições federais de ensino superior no período de 2006 a 2014 no Brasil. A partir de 2006, ano anterior ao processo de expansão tanto da Rede quanto das universidades federais, as vagas ofertadas por essas tiverem um crescimento de 90%, o que representa quase o dobro do que era ofertado, demonstrando o investimento feito em tais instituições no período. Por outro lado, os IFs tiveram um aumento de 302%, o que mostra proporcionalmente um investimento maior em tais instituições.

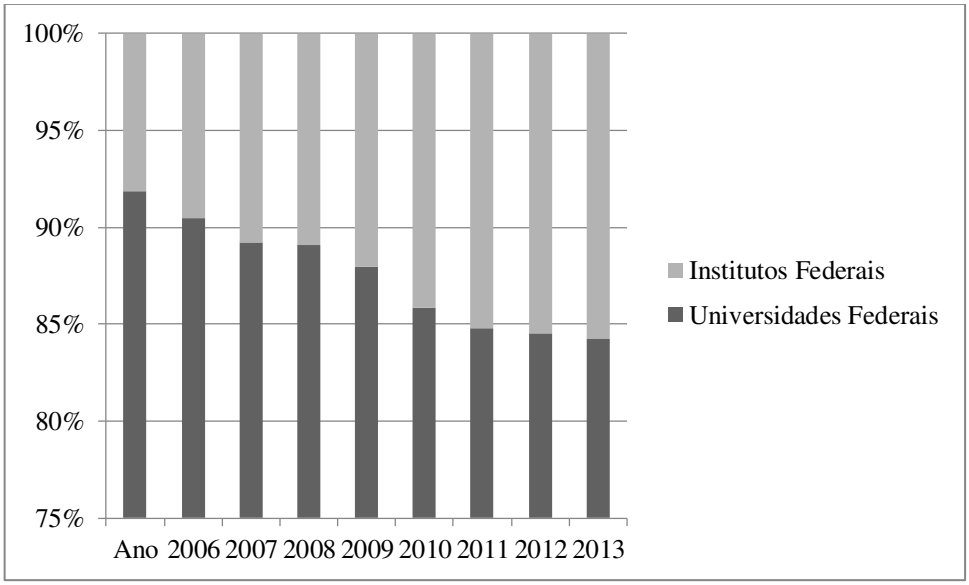
Tabela 1 – Número de vagas em processos seletivos em cursos de graduação, na esfera pública federal, no período de 2006 a 2014, no Brasil.

Brasil		
Ano	Universidades Federais	Institutos Federais
2006	132203	11708
2007	139.875	14.761
2008	150.869	18.226
2009	186.984	22.857
2010	218.152	29.811
2011	231.530	38.098
2012	239.942	42.980
2013	245.933	44.971
2014	251748	47023
Δ%	90%	302%

Fonte: MEC/INEP.

O gráfico 1 apresenta a participação dos Institutos Federais que era de menos de 10% em 2006 e chega a mais de 15% em 2014. Aqui notamos que, mesmo com o programa REUNI as universidades federais – com aumento de 90% – não tiveram uma expansão de vagas proporcional a dos institutos federais – que fora de 302%.

Gráfico 1 – Número de vagas em processos seletivos em cursos de graduação, na esfera pública federal, no período de 2006 a 2014, no Brasil



Fonte: MEC/INEP.

A análise dos dados da expansão de vagas nas IFES dá indícios de que a expansão do ensino superior fora influenciado pelas diretrizes de instituições internacionais do capital, quais sejam a diversificação e o modelo de administração gerencialista. O crescimento dos IFs demonstra a força da diversificação na expansão de vagas. Também é importante considerar que ambas as instituições, universidades e institutos, tiveram seu processo de expansão regido pelos contratos de gestão, instituído pela reforma do estado na década de 90 para tornar a administração pública mais gerencial e transferir responsabilidades para as instituições[6].

Na tabela 2 observamos a expansão de vagas agora sob o recorte da interiorização, processo pelo qual universidades e institutos cresceram no interior do país. Conforme referida tabela as universidades federais cresceram 82% nas capitais e 101% no interior no período de 2006 a 2014. Um crescimento expressivo, porém menor se comparado aos IFs que aumentaram 52% nas capitais e 612% no interior, confirmando uma vocação finalística dessas instituições, conforme Otranto (2010) a respeito do que as escolas agrotécnicas apontavam como ponto positivo da proposta de criação dos IFs.

[6] Os contratos de gestão instituídos na reforma do Estado na década de 90 foi o instrumento presente na adesão da UFMT ao REUNI e na constituição do IFMT. Em ambos foram estabelecidas metas e responsabilidades para as instituições por um prazo determinado.

Tabela 2 - Número de cursos de graduação presencial e a distância, especificados entre capital e interior, na esfera pública federal, no período de 2006 a 2014, no Brasil

	Universidades Federais			Institutos Federais		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
2006	2.464	1.138	1.326	310	193	117
2007	2.660	1.185	1.475	361	215	146
2008	2.822	1.241	1.581	405	223	182
2009	3.868	1.849	2.019	485	226	259
2010	4.327	2.073	2.254	680	244	436
2011	4.506	2.111	2.395	833	263	570
2012	4.672	2.178	2.494	963	273	690
2013	4.590	2.087	2.503	1.047	285	762
2014	4.734	2.069	2.665	1.127	294	833
Δ%	92%	82%	101%	264%	52%	612%

Fonte: MEC/INEP.

Em relação ao número de docentes nas IFES a tabela 3 mostra o investimento na educação superior pública federal, considerando que o aumento do quadro de servidores representa um aporte no orçamento de maneira perene com consequência para o crescimento das instituições. As universidades tiveram um crescimento de 68% e os institutos 272%, entre 2006 e 2014. Esse percentual expresso também que o investimento proporcionalmente maior nos IFs pode ser consequência da diversificação, como sublinhamos anteriormente.

Tabela 3 - Número de vagas docentes, na esfera pública federal, no período de 2006 a 2014 em no Brasil

Brasil	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ%
Universidades Federais	52881	56.833	57.688	69.778	74.059	78724	81.624	85.507	88748	68%
Institutos Federais	4674	6.079	8.057	7.361	8.956	11223	13.534	15.434	17406	272%

Fonte: MEC/INEP.

As análises desses dados aponta a diversificação como possibilidade que justifique o crescimento proporcionalmente maior dos institutos em relação às universidades. Diversificação que caminharia para atender aos interesses do mercado, expressos nos documentos de organismos internacionais e que apontariam inicialmente para instituições que ofertassem os cursos superiores de tecnologia – CST como carro chefe de tais interesses, uma vez que as universidades com bacharelados e licenciaturas, aliados a pesquisa e extensão sem foco em inovação tecnológica para o mercado, não os estariam atendendo. Todavia, os dados da tabela 4 indicam uma tendência de diminuição na oferta de cursos superiores de tecnologia nos IFs, pois no perodo de 2011 a 2014 houve um crescimento de 20%, inferior aos bacharelados e licenciaturas que cresceram, respectivamente, 65% e 34%.

Tabela 4 - Número de cursos de graduação, especificados por tipo, na esfera pública federal, Universidades Federais – UF e Institutos Federais – IF, no período de 2011 a 2014, no Brasil.

		2011	2012	2013	2014	Δ%
Universidades Federais	Total	4.811	4.964	4.867	5.001	4%
	Bacharelado	2.864	2.991	2.986	3.100	8%
	Licenciatura	1.781	1.803	1.717	1.743	-2%
	Tecnólogo	166	170	164	158	-5%
Institutos Federais	Total	862	996	1.083	1.158	34%
	Bacharelado	182	214	256	300	65%
	Licenciatura	305	378	400	409	34%
	Tecnólogo	375	404	427	449	20%

Fonte: MEC/INEP.

Na tabela 5 essa tendência à diminuição dos CST na Rede se mostra mais claramente, com a diminuição do número de matrículas de 50,83% para 35,3% do total, no período de 2011 a 2014. A análise desses dados nos leva a supor que a redução ocorreu devido ao número de matrículas de CST ter diminuído 10%, contrastando com os bacharelados que tiveram crescimento de 82% e as licenciaturas de 61%, ocupando, respectivamente, 31,61% e 32,90% das matrículas do ensino superior na Rede.

Tabela 5 - Número de matrículas em cursos de graduação especificadas por tipo, na esfera pública federal, Universidades Federais – UF e Instituto Federal – IF, no período de 2011 a 2014, no Brasil.

		2011		**2012**		**2013**		**2014**		**Δ%**
UF	Total	929.847	%	974.227	%	1.015.868	%	1.046.467	%	13%
	Bacharelado	625.368	*67,25*	662.585	*68,01*	699.490	*68,86*	722.054	*69,00*	15%
	Licenciatura	282.061	*30,33*	286.384	*29,40*	287.893	*28,34*	291.053	*27,81*	3%
	Tecnólogo	16.525	*1,78*	16.860	*1,73*	17.065	*1,68*	16.534	*1,58*	0%
IF	Total	101.626	%	116.39	%	120.407	%	131.962	%	30%
	Bacharelado	22.881	*22,51*	28.407	*25,45*	34.799	*28,90*	41.709	*31,61*	82%
	Licenciatura	26.925	*26,49*	35.554	*31,85*	40.544	*33,67*	43.410	*32,90*	61%
	Tecnólogo	51.659	*50,83*	47.564	*42,61*	44.910	*37,30*	46.584	*35,30*	-10%

Fonte: MEC/INEP.

Esse dado possibilita alguns questionamentos sobre os rumos que estão tomando os Institutos Federais no ensino superior no Brasil. Se considerarmos que tais instituições seriam a expressão do atendimento às demandas do mercado, haveriam nesse momento tomado uma direção divergente, pois tais instituições caminham para outro modelo de oferta de cursos.

> Na proposta político-educacional-financeira do Banco Mundial de criação de instituições de educação superior que tenham custos inferiores aos das universidades, no que se refere aos cursos superiores técnicos, ganha especial destaque a alegação de que estes cursos seriam mais flexíveis, portanto mais

> integrados ao sistema produtivo, e de menor custo que o universitário tradicional (OTRANTO, 2010, p. 102).

A queda no número de matrículas pode indicar, ainda, um reconhecimento menor da sociedade a esses cursos em instituições públicas, o que coloca a identidade dos institutos, que desde o início tem dificuldades em se firmar, ainda mais questionável (OTRANTO, 2010).

Os dados mostram uma tendência à afirmação de conceitos como a diversificação e a interiorização como marcas da expansão de vagas no período de 2006 a 2014, e ao mesmo tempo abrem novas possibilidades de busca por compreensão do que ocorre nessas instituições.

Importante reconhecer, todavia, que os cursos superiores de tecnologia tem contribuído para o ingresso a educação superior e para a ascensão social de camadas da sociedade historicamente excluídas (MONT'ALVÃO NETO, 2013). Nesse sentido, a oferta de tecnólogos em uma instituição pública poderia contribuir para esse processo e uma perceptiva melhor do que a oferta por instituições privadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de criação e expansão dos Institutos Federais ocorre como consequência das reformas da educação superior da década de 90, sob a égide do neoliberalismo, promovendo mudanças que conduziram à flexibilização e diversificação, em um modelo alternativo à universidade de pesquisa. Os IFs são criados para atender a uma demanda do capital por formação de mão-de-obra que atende às suas expectativas em cursos de menor duração, promotores do desenvolvimento regional e da inovação tecnológica. Dentro de um novo campo acadêmico, tais instituições buscam construir novas institucionalidades como instituições de ensino superior.

Ao mesmo tempo são também instituições criadas para possibilitar o ingresso à educação superior a populações que estavam excluídas desse nível, com a interiorização e expansão de vagas contribuindo para o desenvolvimento nacional e regional e a ascensão social. É preciso reconhecer a contribuição significativa dos institutos para a ampliação do ingresso ao ensino superior.

Criados sob influência de reformas neoliberais ainda presente nas décadas de 2000 e 2010, determinando sua composição e objetivos iniciais, os Institutos caminham em uma direção que aparentemente não aponta para o mercado, ao menos pela análise da oferta de cursos, que mostra uma tendência a aumentar as vagas em bacharelados e licenciaturas – típicos das universidades de pesquisa – e diminuir nos cursos tecnológicos, considerados a aspiração do mercado – de curta duração e especializados.

Os resultados indicam um crescimento do investimento público nessas instituições, considerando uma análise sobre a expansão de vagas e contratação docente, que aponta uma possível opção do Estado para o modelo alternativo à universidade de pesquisa que deveria, em sua concepção, atender ao mercado. Tal opção é expressa no crescimento de mais de 30% no número de cursos criados frente a menos de 5% das universidades federais, bem como o crescimento do número de vagas docentes de mais de 270% no país superando os quase 70% das universidades federais.

O número de cursos criados no período também chama a atenção, os IFs cresceram 264% em todo país, superando o crescimento de 92% das universidades federais. Quando

se trata de interiorização, os Institutos foram responsáveis pelo aumento 612% de presença da educação superior no interior contra 101% das universidades, demonstrando o quanto tais instituições contribuíram para o ingresso das populações de regiões afastadas dos grandes centros.

Mesmo com a expansão da oferta de vagas os Institutos tem diminuída a quantidade de matriculados nos cursos tecnólogos, o que parece um contrassenso já que a instituição fora criada no bojo das reformas neoliberais e para o atendimento da demanda do capital, que se materializa nos cursos tecnológicos. Assim, tem-se uma perda de 10% de estudantes matriculados no período de 2011 a 2014, e uma redução da participação desses cursos no total de matriculas dos IFs de 50% em 2011 para 35% em 2014. Os cursos tecnológicos, que seriam o diferenciador da universidade no atendimento as demandas por desenvolvimento, das exigências do mercado, está se configurando uma opção menor, pois o número de matriculados dos bacharelados e licenciaturas cresceu 82% e 61%, respectivamente no mesmo período.

Com os resultados desse trabalho supõe-se que a opção do Estado, no período de 2006 a 2014, mesmo diante do crescimento das universidades federais, foi fortalecer um modelo alternativo, diferenciado e flexibilizado. O que não era esperado é a contração na presença dos cursos superiores de tecnologia nessas instituições, dada sua vocação para a tecnologia.

Parece encaixar-se bem na definição de Squissardi (2003) de universidade neoprofissional (por que tem sua estrutura voltada a formação profissional), heterônoma (por que setores externos – Estado e indústria – tem cada vez mais preponderância sobre sua atuação) e competitiva (por que precisa ser gerenciada como empresa comercial e competitiva).

O aumento do número de cursos e matrículas em cursos bacharelados e licenciaturas sobre os tecnológicos pode representar uma tentativa de acumular capital relevante dentro do campo acadêmico, uma vez que o modelo de universidade tradicional ainda é o que determina o respectivo capital cultural.

Apesar de representar um modelo ligado à demanda do capital, os Institutos são instituições públicas, com finalidade pública e preocupação social, o que os torna um projeto em disputa, diferente do que estava posto para as instituições federais na década de 90, sucateadas e sem investimentos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho***.** Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Marisa. O governo Lula e a chamada educação profissional tecnológica**.** *Revista de Educação Técnica e Tecnológica*, v. 1., n. 1., p. 61-87, jan./jun. 2010.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008.

____. Lei 9.649, de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 mai. 1998.

____. Ministério da Educação e Cultura. *Sinopse da Educação Superior*. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 30 nov. 2015.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna***.** São Paulo: Loyola, 1993.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo*. De onde vem, para onde vai? São Paulo: SENAC, 2001.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOGUEIRA, Patrícia Simone. *REUNI – UM PROGRAMA DE EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS:* o caso da UFMT. Cuiabá, MT: UFMT, 2012. Originalmente apresentada como dissertação de Mestrado, UFMT, 2012.

MONTAL'VÃO NETO, Arnaldo Lôpo. *Estratificação do acesso ao ensino superior no Brasil*. Belo Horizonte, MG: UFMT, 2013. Originalmente apresentado como tese de doutorado, UFMG, 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes. A reconfiguração do Campo Universitário no Brasil: Conceitos, atores, estratégias e ações. In: Oliveira, João F. de (Org.), *O campo universitário no Brasil, políticas, ações e processos de reconfiguração*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p11-37.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia – IFETs. *RETTA (PPGEA/UFRRJ), Ano I, nº1, jan-jun 2010, p. 89-110*. Disponível em: <http://www.celia.na-web.net/pasta1/trabalho19.htm>. Acesso em: 10 maio 2015.

____. *A política de educação profissional do governo Lula*: novos caminhos da educação superior. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/GT11-315%20int.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

____. Reforma da Educação Profissional no Brasil: marcos regulatórios e desafios. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 42, n. 28, p. 1999-226, jan./jun. 2012.

____. A reforma da educação profissional e seus reflexos na educação superior. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 122-135, jul.-dez. 2013.

PERONI, Vera. *Política Educacional e papel do Estado*: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In:SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, J. C. (Org.). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

SGUISSARDI, Valdemar. *A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva.* Poços de Caldas: Anped, 2003. Disponível em: <http://26reuniao.anped.org.br/trabalhos/valdemarsguissardi.rtf>. Acesso em: 22 abr. 2014.

Recebido em: 05/01/2016
Aprovado em: 15/02/2016